FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica/Doutoramento

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Processual do Trabalho

2. Informação Complementar:

Duração: Anual
Horas de Trabalho: _____
Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Pedro Madeira de Brito

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

(máximo 1000 caracteres)

6. Conteúdos programáticos:

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À JUSTIÇA LABORAL

§1. A JUSTIÇA LABORAL ENQUANTO SISTEMA PROCESSUAL

1. Os conflitos, litígios e controvérsias laborais.
2. Meios de resolução dos litígios laborais: a perspetiva clássica.
3. Da natureza dos conflitos às decisões estruturais.
4. O sistema processual laboral.

CAPÍTULO II

DIREITO PROCESSUAL LABORAL

§2. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

§3. FONTES

1. Evolução histórica da jurisdição laboral.

1.1. Os primórdios: os tribunais dos árbitros avindores.

1.2. Período intermédio: criação de uma ordem jurisdicional especial.

1.3. O período atual: integração na ordem judicial comum.

1.4. Os períodos históricos na perspetiva da organização judiciária, do regime processual e do tipo de litígios submetidos à jurisdição laboral.

2. Fontes atuais.

§4. SISTEMAS DE JUSTIÇA LABORAL ESTRANGEIROS

1. Sistema alemão de resolução judicial de conflitos de trabalho.
2. Sistema brasileiro de resolução judicial de conflitos de trabalho.
3. Sistema espanhol de resolução judicial de conflitos de trabalho.

4. Sistema francês de resolução judicial de conflitos de trabalho.
5. Sistema italiano de resolução judicial de conflitos de trabalho.
6. Análise comparativa.

CAPÍTULO III

ELEMENTOS DO SISTEMA PROCESSUAL LABORAL

§5. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO PROCESSO DO TRABALHO

1. Premissas.
2. A organização judiciária do trabalho.
3. Processo do Trabalho Internacional.

§6. MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS LABORAIS

1. Tipos de conflitos e meios de resolução extrajudicial.
2. A resolução extrajudicial de conflitos individuais.

2.1. Arbitragem de litígios laborais individuais.

2.2. Mediação e conciliação de litígios laborais individuais.

3. Resolução extrajudicial de conflitos coletivos; conciliação, mediação e arbitragem.

3.1. Âmbito.

3.2. Arbitragem de conflitos coletivos.

3.3. Conciliação e Mediação de conflitos coletivos.

3.4. Arbitragem sobre serviços mínimos.

§7. CONTRAORDENAÇÕES LABORAIS. PROCEDIMENTOS E PROCESSO DE IMPUGNAÇÃO

1. Âmbito e competência.
2. Fase administrativa.
3. Fase judicial.

§8. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO LABORAL.

CAPÍTULO IV

PROCESSO DO TRABALHO

§9. AS REGRAS APLICÁVEIS AO PROCESSO DO TRABALHO

§10. ESPECIFICIDADES DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. Generalidades.
2. Capacidade judiciária.
3. Patrocínio judiciário.
4. Legitimidade.

4.1. Regras especiais de legitimidade laboral.

4.2. Em especial a legitimidade das associações sindicais.

4.3. Legitimidade do Ministério Público.

5. Competência.

5.1. Competência internacional.

5.2. Competência interna.

5.3. Competência convencional.

5.4. Extensão da competência.

§11. SINGULARIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS LABORAIS E DA INSTÂNCIA LABORAL

1. Dos atos processuais.

1.1. Atos específicos regulados no CPT.

1.2. Natureza e função do Ato Conciliatório.

2. Da instância processual laboral.

2.1. Modificações subjetivas da instância.

2.2. Modificações objetivas da instância.

§12. COMPOSIÇÃO PROVISÓRIA DA LIDE

1. Procedimentos cautelares laborais.

1.1. Considerações gerais sobre tutela provisória laboral.

1.2. Procedimento cautelar laboral comum.

1.3. Procedimentos cautelares especificados.

1.3.1. Procedimento cautelar de suspensão de despedimento.

1.3.2. Providência cautelar para proteção da segurança e saúde no trabalho.

1.4. A inversão do contencioso no processo laboral.

2. Procedimentos cautelares laborais oficiosos: em especial a suspensão do despedimento.
3. Procedimentos cautelares especificados previstos no CPC aplicáveis no processo do trabalho.

§13. FORMAS DO PROCESSO DECLARATIVO

§14. PROCESSO DECLARATIVO COMUM

1. Considerações gerais.
2. Articulados.
3. Gestão Processual e atos específicos de instrução.
4. Audiência Final e Sentença.

§15. PROCESSOS ESPECIAIS

1. Ação de impugnação da regularidade e licitude do despedimento.
2. Processos emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional.
3. Processo de impugnação do despedimento coletivo.
4. Processo do contencioso de instituições de previdência, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores.
5. Ação de anulação e interpretação de cláusulas de convenções coletivas.
6. Impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas.
7. Tutela da personalidade do trabalhador.
8. Igualdade e não discriminação em função do sexo.
9. Ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho.

§16. RECURSOS EM PROCESSO DO TRABALHO

§17. EXECUÇÕES EM PROCESSO DO TRABALHO

CAPÍTULO V
PRINCÍPIOS DO SISTEMA PROCESSUAL LABORAL

§18. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS E O DIREITO SUBSTANTIVO

1. Os princípios processuais laborais na doutrina portuguesa.
2. Os princípios de direito do trabalho e a estruturação do sistema processual laboral.
3. A autonomia do Direito Processual do Trabalho assente nos princípios de direito do trabalho.

§19. CONCRETIZAÇÕES PROCESSUAIS DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

1. Efetividade do acesso do trabalhador ao direito e aos tribunais do trabalho.
2. Papel do Ministério Público no processo do trabalho.
3. Regras especiais de competência e defesa da posição trabalhador.
4. Poderes/deveres do juiz no processo laboral.
5. A prova em processo do trabalho.
6. Conformação oficiosa da instância e tutela da posição do trabalhador.
7. A condenação extra vel ultra petitum como garantia da irrenunciabilidade dos direitos do trabalhador.
8. Tutela provisória e antecipada nos processos especiais.
9. A garantia de recorribilidade e efeitos dos recursos.

§20. CONCRETIZAÇÕES PROCESSUAIS DO PRINCÍPIO DO COLETIVO

1. Regras especiais da legitimidade.
2. Apensação oficiosa de ações.
3. Competência, pluralidade de partes e apensação de ações na ação de despedimento coletivo.
4. Caso julgado em situações especiais.
5. Valor do acórdão do STJ nas ações de anulação e interpretação de cláusula de convenções coletivas de trabalho.

§21. CONCRETIZAÇÕES PROCESSUAIS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE LABORAL

1. Delimitação.
2. Legitimidade do Ministério Público.
3. Legalidade laboral na tutela cautelar.
4. Meios processuais para defesa de interesses públicos.
5. Os órgãos da Administração Laboral na instrução do processo.
6. Ainda a condenação extra vel ultra petitum.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O programa reflete a abrangência do sistema processual laboral. Este sistema visa a composição dos litígios laborais cuja compreensão holística se pretende com a presente unidade curricular

8. Metodologias de ensino:

Aulas teórico-práticas com discussão crítica da doutrina e da jurisprudência.

Análise de decisões dos Tribunais da Relação, Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Constitucional.

Resolução de casos práticos complexos.

Discussão de temas atuais do contencioso laboral.

Apresentação de temas e discussão dos mesmos pelos discentes

9. Avaliação:

Participação e discussão nos temas apresentados
Apresentação oral.
Relatório de Mestrado.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

(máximo 3000 caracteres)

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

11. Bibliografia principal:

AAVV - *Curso de Direito Processual do Trabalho*, FDUL, Lisboa, 1964.
AAVV - *Estudos do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Lisboa*, VI, Almedina, Coimbra, 2012.
AAVV - *O novo Processo Civil - Impactos do Novo CPC no Processo do Trabalho*, CEJ, 2.ª ed, 2014
AAVV - *O novo Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho*, AAFDL: Lisboa, 2016.
Brito, Pedro Madeira de/ Monteiro, Luis Miguel - *Legislação Processual do Trabalho Anotada*, Lisboa, 2021.
Correia, João/ Pereira, Albertina - *Código de Processo do Trabalho Anotado*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2020.
Martins, José Joaquim F. Oliveira - *Código do Processo do Trabalho Anotado e Comentado*, 2.ª ed, Coimbra, 2024.
Martins, Alcides - *Direito do Processo Laboral*, 5.ª ed,, A Coimbra, 2023.
Pinheiro, Paulo Sousa - *Curso de Direito Processual do Trabalho*, 2.ª ed, Coimbra, 2025.
Vasconcelos, Joana - *Direito Processual do Trabalho*, Lisboa, 2.ª edição, 2022.

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)